

Filipa Riacho

De: João Soares Rodrigues [soaresrodrigues.ae@gmail.com]
Enviado: domingo, 15 de maio de 2016 15:31
Para: CAAJ - Correio Oficial
Assunto: Contributo para a elaboração da proposta final de fixação de número máximo de processos executivos

Exmo. Sr. Presidente da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça,

Ilustre Dr.

Hugo Moreiras Marques Lourenço,

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO
DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA
Enrola / ~~22~~ M.º 22/16
Processo M.º 37/2016
Data 16/05/2016

João Soares Rodrigues, Agente de Execução com a cédula profissional n.º 5660, na sequência do “comunicado – contributos para a elaboração da proposta final de fixação do número máximo de processos executivos para que possam ser designados agentes de execução e sociedades de agentes de execução” vem, pelo presente, contribuir com as seguintes propostas:

Da proposta no seu todo

Antes de mais, considera, o Signatário, que a ideia referente à fixação do número máximo de processos judiciais a distribuir a agentes de execução é, de todo, louvável, atendendo ao facto de vários actos no processo executivo serem adstritos, somente, à figura do agente de execução, não sendo razoável a distribuição de processos em grande escala a determinados escritórios, pelo facto de, necessariamente, acarretar que os actos inerentes à figura do agente de execução não sejam praticados pelo próprio;

Neste sentido, considera, o Subscritor, que o número máximo de processos possíveis a serem tramitados por parte de uma agente de execução, no que respeita aos actos próprios inerentes à função, varia, na ordem dos 300 processos executivos por ano, por forma a assegurar a capacidade financeira necessária ao exercício da profissão em apreço, aliando à correcta tramitação dos processos executivos.

Considera ainda o Signatário que a figura do empregado forense deverá ser relevada para um plano totalmente secundário, atendendo ao número de agentes de execução, actualmente, inscritos, verificando-se que as necessidades de tramitação da acção executiva se encontram salvaguardadas pelo número de agentes de execução, não sendo razoável a concentração de processos em poucos escritórios o que acarreta que os actos sejam praticados, quase na sua totalidade, por empregados forenses desvirtuando assim o conceito da figura do agente de execução na tramitação do processo executivo.

É de todo importante a implementação do sistema em apreço, em detrimento da possibilidade da distribuição total dos processos (debate que actualmente se encontra a ser realizado) isto porque haveria discrepâncias enormes na distribuição dos mesmos, em função da localização dos agentes de execução, tal como é possível já hoje aferir na nomeação que se verifica no PEPEX, acarretando, igualmente, uma paralisação da acção executiva conforme foi possível aferir em momento passado, nomeadamente entre 2003 e 2009.

Sendo, ainda, que a indicação do agente de execução fomenta a qualidade necessária e saudável à salutar tramitação da acção executiva.

Acreditando assim, o Signatário, que a fixação de um número máximo de processos executivos, acrescido das respectivas valorações, será o critério necessário ao controlo dos vários escritórios, prevalecendo a eficiência e eficácia da tramitação da

acções executiva, dentro dos parâmetros legais, em detrimento de um sistema de distribuição “pura” dos processos independentemente da capacidade de tramitação ou não dos mesmos.

Dos indicadores de valoração

Da proposta constante do artigo 3.º do Aviso n.º 5523-A/2016, considera o Signatário o seguinte:

a) *a) Totalidade das adjudicações de rendimentos periódicos e das transferências para exequentes, executados e outros terceiros que a elas tenham direito dentro do respectivo prazo*

Ainda que a ideia subjacente a tal proposta mereça a concordância do aqui Subscritor, considera o mesmo que importa aferir se tal critério na prática é possível ou não de determinar, atendendo ao facto de existirem inúmeros factores que determinam a variação das transferências realizadas nos processos executivos, tais como, em jeito de exemplo:

- 1) 1) Verificação de embargos de executado e/ou oposição à penhora;
- 2) 2) Contabilização, no que respeita à penhora referida no artigo 779.º do Código de Processo Civil, da totalidade do valor constante no n.º 3 do artigo 735.º do mesmo normativo, para que seja possível dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 779.º do Código de Processo Civil;
- 3) 3) Processos a aguardar a sentença de reclamação de créditos;

Existindo assim várias situações que acarretam a não transferência dos valores, por impossibilidade legal, acreditando o Signatário que tal critério é de difícil aplicabilidade atendendo ao facto de carecer, por forma a não ser atribuído de modo injusto, de uma análise “processo a processo” no sentido de aferir a efectiva razão de não transferência dos montantes que se encontram depositados na “*conta executado/penhoras*” do agente de execução;

Contudo caso seja possível determinar que um dado valor se encontra depositado na “*conta executado/penhoras*” do agente execução sem que, mediante um motivo atendível, se verifique a transferência do mesmo, neste caso seria uma medida extremamente útil, ressaltando os motivos supra expostos, por forma a não serem cometidas injustiças na aplicação do critério em apreço.

b) *b) Inexistência de processos sem movimentação injustificada e de estatística por atualizar há mais de 3 meses*

No que respeita ao ponto supra, existe uma total concordância por parte do Signatário, mencionando, somente, que a valoração para o critério em questão deveria ser superior, nomeadamente atingindo uma quota de 30 %, atendendo à importância e reflexo que o mesmo representa na tramitação e eficácia do processo executivo.

c) *c) Conciliação integral no Sistema Informático de Suporte à Actividade dos Agentes de Execução dos movimentos das contas-clientes com os movimentos processuais no registo informático de todos os movimentos das contas clientes operados em cada processo*

Tal critério é fundamental para a boa tramitação e transparência da acção executiva e, como tal, nada a mencionar quanto à importância e valoração do critério em apreço.

d) *d) Inexistências de situações de dependência económica relativamente aos exequentes, sendo que se considera existir indícios de dependência económica quando um exequente representar mais de 40% dos processos que sejam designados*

Embora a finalidade do presente critério tenha como base um princípio perfeitamente aceitável e atendível, considera o Signatário que o mesmo poderá ser contrário ao exercício das funções do agente de execução no âmbito do processo executivo;

Considerando que o mesmo poderá ser designado por parte do Exequente, mediante o disposto no n.º 1 do artigo 720.º do Código de Processo Civil, não estando assim na disposição de competências do agente de execução a escolha dos processos em que é designado, por parte do exequente, num determinado número de acções executivas;

Nem sendo assim possível efectuar uma “discriminação” de exequente tendo por base o peso que o mesmo representa no escritório de um dado agente de execução, considerando que o propósito de independência e rigor no exercício das funções se verifica pela tramitação do processo e não pelo número de acções de um determinado exequente;

Por outro lado importa mencionar que por uma questão de aritmética quanto mais se reduzir o recebimento de processos executivos, tendo por base o critério em questão, mais dependente estará o agente de execução de um determinado exequente, se esse mesmo exequente continuar a encaminhar ao agente de execução o número de processos que, anteriormente, já enviava;

Poderá ser ainda ser um critério revestido de injustiça, perante os seguintes exemplos:

No caso de um determinado escritório, com um volume processual de duzentos processos activos, em que um dos exequentes encaminha ao agente de execução uma média de 80 processos por ano, verifica-se que o mesmo já se encontra abrangido pelo factor de penalização aqui descrito;

Tal facto verifica-se, igualmente, num escritório que tenha em curso uns meros sessenta processos executivos, sendo que caso vinte e quatro representem um dado exequente, iria-se verificar, igualmente, a penalização do agente de execução;

Contudo, num escritório com um número de de dois mil processos em curso, verifica-se que caso tivesse setecentos processos executivos de um dado exequente e seiscentos de outro, para além dos demais, não iria ser penalizado, embora a dependência económica face ao número de processos e ao custos inerentes à manutenção da infraestrutura para tramitação dos mesmos fossem bastante superiores aos dois exemplos supra referidos.

Considera, ainda, o Signatário que tal critério não se encontra na dependência de actuação do agente de execução e, como tal, o mesmo poderá ser penalizado sem que para tal tenha realizado algum acto que afecte a independência inerente às funções do mesmo;

Propõe assim o Subscritor, na sua humilde opinião, a substituição do critério em apreço ou a diminuição da percentagem inerente ao mesmo, em favor de um critério que beneficie o número de processos arquivados/extintos no escritório do agente de execução face aos processos em curso, critério este que será fundamental para aferir a eficiência, eficácia, controlo e capacidade de tramitação de um dado escritório, contribuindo, igualmente, para aferir o modo de tramitação e actuação do agente de execução face aos processos e exequentes que lhe são adstritos, indo assim, igualmente, ao encontro do critério pretendido no ponto d), mas de modo a que o agente de execução possa controlar, por via da tramitação realizada, a valoração ou não que é atribuída ao mesmo.

Face à presente comunicação, espera o Signatário ter contribuído de acordo com o solicitado, estando totalmente disponível, caso assim o seja pretendido, para uma explicação presencial, do aqui descrito, por forma a melhor transmitir as ideias aqui mencionadas.

O Signatário

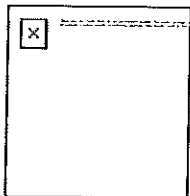
João Soares Rodrigues

Cédula profissional n.º 5660

Sem outro assunto de momento,

Subcrevo-me com a mais elevada estima e consideração

João Soares Rodrigues



João Soares Rodrigues

Agente de Execução

5660

Escritórios:

Execução

Generalista

Rua João de Deus, n.º 141, 2.º, Sala V

Avenida de Pádua, n.º 3, Edf. I Bl. C, 5.º C

3700-152 São João da Madeira

1800-294 Lisboa

Tel. 91 867 24 88 Fax. 256 240 910

<http://soaresrodrigues5660.wix.com/agentedeexecucao>

MENSAGEM CONFIDENCIAL E SUJEITA AO PRIVILÉGIO DE COMUNICAÇÃO DO AGENTE DE EXECUÇÃO E ENTIDADE A QUE RESPEITA

Esta mensagem e quaisquer ficheiros anexos a ela são confidenciais e destinam-se a uso exclusivo da pessoa ou entidade a quem são dirigidos. Se não é o destinatário da mensagem ou a pessoa responsável pelo seu encaminhamento ao respectivo destinatário, fica informado de que recebeu esta mensagem por engano, e de que qualquer utilização, distribuição, reencaminhamento ou outra forma de revelação a outrem, impressão, ou cópia desta mensagem é expressamente proibido. Se recebeu esta mensagem por engano, deverá destruí-la, eliminá-la do sistema e informar o remetente.